

MEIO AMBIENTE E JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt¹

RESUMO

O conceito de questão ambiental amazônica como um debate político e socioeconômico sobre a apropriação dos recursos naturais da Amazônia condiciona o jornalismo que aborda o tema. Esse jornalismo deve realizar-se na mídia alternativa, a fim de alcançar independência econômica e política para discutir a exploração de riquezas naturais públicas em benefício privado. Assim, o artigo descreve a pesquisa de elementos do jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica, com foco na prática. Analisa-se como o atrelamento ao interesse público de conservação da Amazônia impacta diretamente esse fazer jornalístico, a começar pela viabilização de meios de comunicação alternativos. Em seguida, examinam-se procedimentos jornalísticos para a cobertura da questão ambiental amazônica. A intenção de contribuir para o debate leva o jornalismo a colaborar na construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Meio ambiente; Amazônia; Jornalismo Alternativo; Comunicação Social.

ABSTRACT

The environmental question of Amazonia as a socioeconomic and political debate about the appropriation of Amazon's natural resources conditions the journalism that approaches this subject. That journalism must take place in alternative media, in order to achieve economical and political independence to discuss the exploitation of public natural resources to the benefit of private interests. Thus, the article describes the research of elements of alternative journalism for the environmental question of Amazonia, focused on practice. It analyzes how the connection with public interest of Amazon's conservation impacts journalism, beginning with the possibility of alternative media outlet. Then, look at journalistic proceedings for environmental question of Amazonia's coverage. The intention to contribute to the debate leads journalism to collaborate in the development of an environmental rationality for the Amazon.

KEYWORDS: Journalism; Environment; Amazon; Alternative Journalism; Communication.

¹ Doutor em Ciência Ambiental (Procam/USP); mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP); professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac); líder do grupo de pesquisa Amajor – Meio Ambiente, Direitos Humanos e Jornalismo na Amazônia (CNPq/Ufac).

Introdução

O aprofundamento do debate sobre a questão ambiental amazônica não se ajusta aos interesses políticos e econômicos das grandes empresas de comunicação. Na mídia de massa, o debate torna-se limitado e inconsistente, impedido de questionar a hegemonia² da proposta capitalista de desenvolvimento. Nesse cenário, quais as possibilidades concretas de organizar-se uma prática jornalística orientada pelo interesse público, independente de governos e empresas, que ajude os cidadãos a debaterem sobre a questão ambiental amazônica?

Um jornalismo alternativo

Chaparro (1994) exalta o papel da *intenção* na ação jornalística, vetor orientado por motivos ou valores inspiradores. “Sem intenção, não é possível agregar, no fazer criativo do jornalismo, a ética, a técnica e a estética, tríade inseparável dos processos complexos de comunicação” (CHAPARRO, 1994, p. 116). O autor vê a *intenção* impor caráter moral ao “fazer jornalístico”, moral determinante do desenvolvimento da ação e conectada a um princípio ético orientador, “sem o que a ação jornalística não cumprirá a contento sua função social”³. A análise dá o tom à pesquisa de uma *prática* jornalística alternativa capaz de contribuir para a conservação da Amazônia e para o debate da questão ambiental amazônica. Presume-se como fundamental a análise da ação concreta, com as dificuldades de uma prática jornalística comprometida com a conservação da floresta amazônica – uma prática contra-hegemônica. Admite-se ainda a importância da “tríade” citada por Chaparro, especialmente a técnica, para que se cumpra a função social de bem informar a sociedade.

A intenção de contribuir para a democratização do debate norteia a busca de elementos do *jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica*. Ser alternativo não é uma opção, mas uma consequência das características da questão

² De acordo com Williams (2007, p. 199-200), entende-se “hegemonia” como o predomínio político-econômico de uma classe social sobre outra(s). Admite-se que a hegemonia abranja fatores culturais, isto é, as classes subordinadas supõem que a hegemonia da classe dominante integre a “realidade normal” ou “senso comum”.

³ *Ibidem*, loc. cit.

ambiental no contexto político e socioeconômico da Amazônia. A definição de “questão ambiental amazônica” (QAA)⁴ como uma “questão eminentemente política e socioeconômica que discute a relação sociedade-ambiente na Amazônia e a apropriação social dos recursos naturais públicos da Amazônia” (BITTENCOURT, 2013, p. 85) condiciona o jornalismo disposto a abordar o assunto.

Esse jornalismo orientado pelo interesse público de discutir a QAA é naturalmente expurgado do modelo de negócios da “práxis jornalística hegemônica”, definida por Oliveira (2008) como conjunto de práticas que se coadunam com a estrutura dominante e “cuja perspectiva é justamente consolidar a transfiguração da sociedade em mercado, da cidadania em consumo e da ideologia em mercadoria. [Para a práxis jornalística hegemônica] Não há vida [...] fora da sociedade de consumo” (OLIVEIRA, 2008, p. 3). O autor afirma que a América Latina passa por um momento histórico de profunda consolidação de regimes democráticos e de surgimento de espaço para a manifestação de novos atores sociais. O movimento contraria a tendência global de mercantilização da esfera pública e de supremacia dos valores econômicos.

A democratização prevê a abertura de espaços midiáticos. Trata-se de um movimento sociopolítico que exige um jornalista livre de ingênuos voluntarismos, mas consciente da tradição democrática de seu trabalho, bem como das escolhas morais a que se obriga como mediador social. Desse jornalista exige-se comprometimento e ética pessoal, na intenção de divulgar o que for de interesse público. Fora do mercado de trabalho da mídia de massa, o profissional do jornalismo depara-se com uma realidade que exige autonomia intelectual e política, com direto impacto sobre a prática. Tendo em vista que a comunicação alternativa pauta-se “pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador” (PERUZZO, 2008, p. 3), o jornalista alternativo vê-se obrigado a conhecer uma realidade de grandes dificuldades políticas, econômicas e operacionais. Como contraponto, pode exercitar a intenção de contribuir para a plena democratização da sociedade, de acordo com o conceito de *práxis jornalística alternativa*:

A práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Não se trata apenas e tão somente de defesa

⁴ A expressão *questão ambiental amazônica* é eventualmente substituída pela sigla “QAA”.

dos valores da democracia institucional, mas de uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. (OLIVEIRA, 2008, p. 3)

Tal práxis confronta-se com a estrutura monopolizada da mídia de massa brasileira, que vê o jornalismo como mais uma atividade mercantil. Choca-se com as orientações das escolas de jornalismo e com os preceitos dos manuais de jornalismo, concebidos para dar conta da realidade existente nos veículos de comunicação de massa. Porém, dá liberdade para entrevistar fontes com pontos de vista alternativos, descolados do senso comum baseado exclusivamente na racionalidade econômica e científica. São sujeitos de segmentos sociais deslegitimados pelas reportagens jornalísticas da grande imprensa, possuidores de conhecimentos tradicionais importantes no aspecto ambiental. Nesse sentido, ser alternativo é uma vantagem para a cobertura da QAA.

Com o propósito de detalhar os elementos do jornalismo alternativo para a QAA, inclui-se a diferenciação de Peruzzo (2008) entre “comunicação popular, alternativa e comunitária” e “imprensa alternativa”. Para a autora, *imprensa alternativa* constitui “uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, [...] não alinhados aos padrões dominantes dos meios de comunicação, governos e demais setores que representam as classes dominantes” (PERUZZO, 2008, p. 15). Ou seja, ainda coerente com a perspectiva de ressaltar a prática, a atenção volta-se para o cuidado com os “padrões dominantes”, entendidos como procedimentos jornalísticos técnicos que reproduzem inconscientemente a ideologia desenvolvimentista. Tais procedimentos merecem uma análise crítica antes de serem utilizados no jornalismo alternativo, seja na pauta, na reportagem, na redação ou na edição.

Em uma categorização de viés político, as atividades da imprensa alternativa são agrupadas por Peruzzo (2008) em: (a) jornalismo popular-alternativo (ou de base popular); (b) jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada); (c) jornalismo alternativo autônomo; (d) jornalismo político-partidário e (e) jornalismo sindical.⁵ Imagina-se o jornalismo alternativo para a QAA com características do item (b), definido pela autora conforme se segue:

⁵ Ibidem, p. 15-6.

Jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada): se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação e assim por diante. (PERUZZO, 2008, p. 15-6)

No jornalismo alternativo para a QAA, o desafio é combinar em uma mesma cobertura jornalística a abordagem política da QAA (questionadora do desenvolvimentismo hegemônico) com um jornalismo competente (técnica) e comprometido politicamente com o interesse público de conservação da Amazônia (intenção movida a razões morais e éticas). A proposta insere-se no esforço global para manter vivo o jornalismo independente essencial à democracia. Ramonet (2012) aponta que “não é falso afirmar que as mídias dominantes colocam atualmente um grave problema para a democracia. Elas não contribuem mais para ampliar o campo democrático; trabalham, ao contrário, para restringi-lo, atacar suas bases e miná-lo” (RAMONET, 2012, p. 53).

A pesquisa de alternativas para o exercício do jornalismo mostra-se necessária em todo o mundo, principalmente na busca da viabilização econômica do jornalismo de interesse público. Em 2013, por exemplo, foi lançado o relatório “Uma mídia livre e pluralista para sustentar a democracia europeia”⁶, com recomendações sobre a regulamentação da mídia na Europa. Segundo o pesquisador Venício Lima (2013), entre as propostas está “a provisão de fundos estatais para o financiamento da mídia alternativa que seja inviável comercialmente, mas essencial ao pluralismo” (LIMA, 2013, p. 3).

A preocupação com a confiabilidade da mídia hegemônica e a procura por alternativas não é um problema exclusivo de regiões periféricas como a Amazônia brasileira; tampouco se restringe à temática ambiental. Observa-se que o problema da viabilidade econômica dos meios de comunicação e a crise de princípios do jornalismo têm conexões e, possivelmente, soluções satisfatórias. A crise do modelo tradicional de negócio das publicações jornalísticas leva à pesquisa de novas formas de financiamento, como o “crowdfunding” – financiamento de projetos jornalísticos por meio de doações

⁶ Disponível no link:

http://ec.europa.eu/information_society/media_taskforce/doc/pluralism/hlg/hlg_final_report.pdf. Acesso em jan 2013.

do público. “Iniciativas de crowdfunding podem pluralizar a temática de reportagens jornalísticas; mais do que substituir o jornalismo que se faz hoje, essas iniciativas contribuem para uma sociedade mais democrática” (DONINI, 2015). Percebe-se que os perfis do jornalista e dos meios de comunicação passam por ampla revisão, evidenciando a demanda por novos modelos econômicos e editoriais. A preocupação com a viabilidade econômica é legítima e obrigatória para que se pense em um jornalismo alternativo independente.

O jornalismo como mediador do diálogo sobre meio ambiente

A construção teórica da proposta de jornalismo alternativo para a QAA esquivase dos padrões jornalísticos dominantes dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, aprofunda-se a análise do pensamento de Medina (2006). Segundo a autora, os saberes especializados e fragmentados em disciplinas científicas estão em xeque (MEDINA, 2006, p. 53-4), o que se evidencia na escassez de propostas da Ciência para entender e resolver a crise ambiental. Torna-se imprescindível buscar os conhecimentos empíricos dos povos tradicionais da floresta. Leff (2006) aponta o mesmo caminho ao defender a hibridação das ciências com o conhecimento não científico como forma de contribuir para o debate sobre a crise ambiental. Presume-se que tal hibridação possa ocorrer por meio do jornalismo.

O jornalista entra para articular ciência e saber comum: constata-se o fim da “divulgação” científica para que se promulgue o diálogo na contemporaneidade democrática; o “signo da divulgação” é substituído pelo “signo da relação” (MEDINA, 2006). Não se trata mais de transferência ou de transmissão de saberes (divulgação), mas de praticar a interação criativa dos saberes, de construir criativas mediações do saber plural.

A ação comunicativa, na versão argumentativa de Habermas, ou o diálogo entre a ciência e o senso comum, na proposição de Boaventura de Sousa Santos [...], se constroem para além da racionalidade complexa, ou seja, outra mentalidade, outro comportamento solidário, e outra estética, a da interação social criadora. (MEDINA, 2006, p. 15)

A relação sujeito–sujeito (MEDINA, 2006) também se qualifica como proposta prática do jornalismo alternativo para a QAA, coerente com a *intenção* de agir pelo interesse público. Entende-se essa relação como uma postura de igualdade e respeito do jornalista com as pessoas que fornecem informações e cujas vidas são perscrutadas por ele. Em oposição à relação sujeito–sujeito estaria a relação sujeito–objeto, na qual o jornalismo é praticado como se fosse uma “equação”, calculando-se quantas declarações e/ou imagens serão suficientes para “preencher” as reportagens. Ao contrário, o agente cultural jornalista deve assumir que seu ofício tem como matéria-prima a contradição, o conflito, a intercausalidade, a pluralidade, o caos, tornando imprevisíveis os desfechos das reportagens. Evite-se ao máximo o direcionamento ideológico de veiledade conclusiva.

Medina (2006) afirma ainda que “qualquer mensagem jornalística, esteja ela onde estiver, nas editorias ou divisões temáticas, constitui produção cultural” (MEDINA, 2006, p. 81). Destarte, o jornalista passa a ser visto como agente cultural, responsável por produzir sentidos (produção simbólica) a respeito dos acontecimentos. Trata-se de um agente que circula pela realidade concreta; observa, capta depoimentos dos protagonistas sociais, ouve relatos, análises e informações especializadas. Ao fim, cria uma narrativa jornalística que passa a ser uma espécie de “segunda realidade”, também capaz de produzir efeitos no mundo material. Nessas mediações, o jornalista, como privilegiado leitor da cultura, assume responsabilidade autoral. Admite-se a responsabilidade pessoal do jornalista como autor, e não como operário acrítico dos veículos de Comunicação Social.

“No universo simbólico, não há uma verdade absoluta, mas um processo de conflito de verdades. Ao agente de cultura chamado jornalista cabe produzir narrativas atravessadas por contradições, embates de visões de mundo, incertezas, interrogações” (MEDINA, 2006, p. 82). Conviver com os conflitos e interpretar a realidade no calor dos acontecimentos: tal é a arte do jornalista. No caso do jornalismo alternativo que se pesquisa para fundamentar o debate da QAA, a responsabilidade e o comprometimento originam-se na razão moral e na opção política de colaborar para a conservação da floresta amazônica. Esclarecida essa *intenção* de trabalhar pela conservação da Amazônia, o jornalista adquire critérios sólidos para orientar-se na complexidade contemporânea. Tal opção política também facilita a definição de linhas editoriais para os meios de comunicação alternativos a serem criados no âmbito da questão ambiental.

Como símbolo do “conflito de verdades”, o choque entre a mídia contemporânea e o conhecimento do saber comum dos povos tradicionais: somente o repórter presente na realidade concreta pode dar o tom adequado para a sua narrativa, de acordo com “uma razão complexa para procurar e articular informações disponíveis. A intuição abre caminhos para o *insight* interpretativo” (MEDINA, 2006, p. 119). No ponto de vista aqui exposto, desenvolver a sensibilidade e a intuição colocam-se como premissas para o trabalho do jornalista, destinado a produzir sentidos. Ora, como produzir e descrever o novo sem inovar?

A intuição, a metáfora e a sensibilidade voltam à prática jornalística de orientar-se pela leitura cultural. A personalidade desse jornalista complexo e contemporâneo obriga-se à relação sujeito-sujeito: “sujeito jornalista” / “sujeitos que liberam informação” (fontes). A personalidade “relacionadora” se manifesta na orientação de pautas, na entrevista, na reportagem, na redação e na edição. A relação entre sujeitos do presente “exige uma disponibilidade para a sintonia cultural, o que quer dizer: interação com a produção simbólica do grupo humano, comunidade ou sociedade em que atua o mediador da informação coletiva” (MEDINA, 2006, p. 122). Assim, no contexto da QAA, percebe-se a necessidade de uma cobertura local-amazônica. Interpreta-se como fundamental que o jornalista destinado a abordar a QAA esteja na região amazônica, a fim de contribuir para que o problema seja debatido localmente. À distância, sem conhecimento das idiosincrasias amazônicas, o repórter desavisado tende a mitificar a região, considerando-a um objeto estático eternamente refém de antigos mitos históricos. Esse distanciamento custa caro aos amazônidas, visto que muitos projetos para a região são definidos com base em análises ilusórias.

A construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia

Ao notar a prática jornalística como integrante da cultura, pode-se resgatar o pensamento de Tassara (2006), em que se reconhece a “indissociabilidade da relação cultura-técnica-ambiente” (TASSARA, 2006, p. 224) e no qual se requer o envolvimento participativo crescente das populações “não técnicas” na construção de uma política ambiental. Segundo Leff (2006), a busca pela racionalidade ambiental passa pelas mesmas populações não técnicas e também pelas “estratégias do saber para enfrentar as estratégias do conhecimento que colonizaram os saberes e as práticas de

seres culturais diferenciados” (LEFF, 2006, p. 163). Interpreta-se o jornalismo alternativo para a QAA como uma dessas “estratégias do saber”. Na cobertura da QAA, o jornalista produz sentidos que podem contribuir para a enunciação de novos paradigmas ambientais.

Apenas o real manifestado na crise ambiental devolve esse jogo de diferenças suspenso na ordem simbólica a um referente material: leva a diferença que emerge do jogo abstrato da linguagem à diferença que produz a relação entre o real e o simbólico, o conhecimento e o mundo, o ser e o saber. É o enraizamento no mundo e nos mundos de vida da lei (natureza) e do sentido (cultura). É a colocação efetiva de uma política da diferença no campo posto em conflito pela apropriação social da natureza. (LEFF, 2006, p. 163)

Leff interpreta a crise ambiental como o obstáculo que obriga a sociedade globalizada a retornar a seu referente material, pois [a sociedade] encontra-se isolada na ordem simbólica. Ao deixar de discernir entre real e simbólico, conhecimento e mundo real, a humanidade passou a ignorar a finitude do planeta e as sutis dinâmicas ecológicas dos ecossistemas. Tornou-se refém do “jogo abstrato da linguagem”, dos números, das estatísticas de crescimento da economia e agora surpreende-se com a complexidade e a repentina antecipação dos efeitos da crise ambiental.

Propõe-se um novo “enraizamento” na natureza e na cultura como forma de prover parâmetros sólidos para nortear a revisão de uma economia globalizada baseada no *crescimento* econômico, na concentração de renda, no consumismo, na queima de combustíveis fósseis etc. Tais processos simplesmente inviabilizam a sustentabilidade ambiental, visto que aumentam permanentemente a demanda por recursos naturais do planeta finito. A precipitação de acontecimentos em diferentes quadrantes, como crises hídricas em grandes cidades e inundações nunca vistas, evidenciam que a Ciência também tem grande dificuldade para conhecer e prevenir os problemas. Desta forma, o enraizamento proposto por Leff alude a instâncias seguras, distantes da excessiva abstração que muitas vezes confunde mais do que esclarece. A proposta de jornalismo alternativo para a QAA identifica-se com essa demanda.

Ao assumir a conservação da floresta como interesse público e ideologia, esse jornalista amazônico passa a pesquisar alternativas ao desenvolvimento hegemônico, chegando à cultura dos povos tradicionais da Amazônia, entre outras fontes de informação. Infere-se que é possível contar com esse jornalista para buscar nessas culturas alternativas concretas, capazes de contribuir para a discussão da QAA e para a

conservação da floresta. O interesse volta-se para os saberes comuns das vozes caladas durante séculos em locais periféricos da Amazônia, rotuladas de modo simplista e displicente como “senso comum”, ou seja, um tipo de saber dispensável. Boaventura de Sousa Santos acredita ser um erro considerar dispensáveis os saberes comuns:

Em primeiro lugar, porque, se é certo que o senso comum é o modo como os grupos ou classes subordinados vivem sua subordinação, não é menos verdade que, como indicam os estudos sobre as subculturas, essa vivência, longe de ser meramente acomodatória, contém sentidos de *resistência* que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta. (SANTOS, 1989, p. 37)

A pesquisa de um jornalismo alternativo para a QAA faz pleno sentido no contexto em que a Amazônia, os povos da Amazônia, o Brasil e a América Latina são vistos como povos e regiões subalternas. Longe disso, consideram-se os saberes da floresta como parte da resistência política do país periférico Brasil e de sua periferia maior, a Amazônia. Traduz-se como uma reação à estratégia notada por Becker (2009), de uma geopolítica baseada em jogos de influências e conhecimentos, conduzida pelas nações centrais do Ocidente. O conhecimento dos povos tradicionais da Amazônia pode alçar o Brasil a um posto de destaque na discussão da crise ambiental planetária. Ressalta-se que a necessidade de ouvir os povos tradicionais se iguala à necessidade de ouvir outras fontes, tais como cientistas, empresários, governos e instituições em geral. A ênfase dada aos povos tradicionais nesta pesquisa justifica-se pela desproporcionalidade entre os tipos de fonte que costumam ser procuradas pelos jornalistas da grande imprensa. As instituições com discursos organizados são muito mais ouvidas.

O jornalismo que se desenha hibridiza ainda a perspectiva do jornalismo científico com a do jornalismo do cotidiano, que ouve declarações das pessoas comuns. O seringueiro tem o mesmo espaço que o cientista; o morador da comunidade do interior deve estar ao lado do especialista estrangeiro. Ao conectar Ciência Ambiental e cultura, o jornalismo alternativo para a QAA pode contribuir concretamente para a pesquisa de uma racionalidade ambiental para a Amazônia. Que tipo de desenvolvimento a sociedade regional amazônica deseja? É preciso estar bem informado para entrar nesse debate, sob pena de aceitar propostas imediatistas com graves consequências socioambientais no futuro.

Os conflitos implícitos na QAA são abordados com equilíbrio, segundo a noção de que a presença de opiniões e visões conflituosas é sinal de democracia. Chaparro (2001) privilegia a análise da cobertura jornalística com base no conflito ou na “luta das verdades”. O conflito presente na QAA é o da apropriação da natureza por alguns grupos sociais, fenômeno naturalizado pela ideologia capitalista. Pelo contrário, entende-se a apropriação da natureza amazônica como processo histórico que condiciona até hoje os modelos de desenvolvimento propostos para a região, modelos cujas consequências ambientais constituem o principal risco à conservação da floresta.

Desta forma, a cobertura jornalística para a QAA elege os conflitos em torno da apropriação da natureza como suas principais pautas. São conflitos decorrentes de questões de geopolítica e história, da exploração inconsequente de recursos, da apropriação arbitrária de bens naturais públicos, da discussão de leis ambientais etc. Por fim, propõe-se a discussão da *reapropriação* social da natureza na Amazônia e a construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia, de acordo com as revisões epistemológicas e ontológicas propostas por Leff (2006).

Considerações finais

Conclui-se que o jornalismo é capaz de alimentar e fundamentar o debate da questão ambiental amazônica por meio de uma prática jornalística alternativa. Como condição, essa prática precisa estar articulada a um meio de comunicação jornalístico alternativo com o mesmo propósito (BITTENCOURT, 2013, p. 155).

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BITTENCOURT, M.P.H. **Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica**. 2013. 276 f.. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível no link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/pt-br.php>

CHAPARRO, M.C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

_____. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001.

DONINI, M. L. **A Vaquinha não foi pro brejo**: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo. [S.l.]: Farol Jornalismo, 2015. Disponível em: https://crowdfunding_no_jorn.creatavist.com/story/8825. Acesso em 01 mai. 2015.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, V. Sob o ensurdecido silêncio da grande mídia brasileira. **Observatório da imprensa**. [S.l.]: Observatório da imprensa, 2013. Número 731, 29/01/2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/venicio-lima-sob-o-ensurdecido-silencio-da-grande-midia-brasileira.html>. Acesso em jan 2013.

MEDINA, C. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

OLIVEIRA, D. Uma práxis jornalística alternativa. **Jornal da USP on-line**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Ano XXIV, n. 846, set./out. 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp846/pag13.htm>. Acesso em jun 2012.

PERUZZO, C.M.K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>. Acesso em 26 jun 2013.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TASSARA, E. T. O. O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental. In: CARVALHO, I. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. (Orgs). **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Min. da Educação, UNESCO, p. 219-32, 2006. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154579POR.pdf> Acesso em: 01 mai. 2009.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

A decorative header featuring a collage of newspaper clippings in various languages, including German and Russian, with a large letter 'P' visible on the right side.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA